



RELATÓRIO E CONTAS 2019



Mafra, 20 de março de 2020

[Handwritten signature]

**GIATUL - ATIVIDADES LÚDICAS,
INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M.
S.A.**

NEM - Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
2640-486 Mafra

Capital Social 900.000,00 euros
Matrícula nº 3 da C.R.C. Mafra
Contribuinte 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE - Dr. Hugo Manuel Moreira Luís

SECRETÁRIO - Manuel Luís Oliveira Castelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE - Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva

VOGAL - Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha

VOGAL - Dr.ª Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

FISCAL ÚNICO - Macedo, Caldas & Bento SROC

SUPLENTE - Dr.ª Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

✱
OPR
V.

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	4
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA.....	17
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	43
5. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	47

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento da Lei, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2019.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

1. INTRODUÇÃO

A GIATUL, ao longo do exercício de 2019, demonstrou mais uma vez, capacidade de adaptação às novas exigências económicas e financeiras impostas pelo ambiente nacional e exigidas pelo seu acionista. Assim, a implementação de fortes medidas de otimização operacional tomadas nos últimos anos, foram fundamentais para preparar e lançar a empresa neste novo paradigma.

Através da adequação da equipa de colaboradores que permite uma maior capacidade e oferta de serviços e mantendo-se o objetivo de melhoria das condições contratuais com fornecedores e prestadores de serviços, foi possível atingir um nível de resultados que garantem uma maior sustentabilidade e autonomia da sociedade.

Em 2019, verificou-se ainda a entrada em vigor do Contrato Programa com o único Acionista, a Câmara Municipal de Mafra, que veio estabelecer a missão e os objetivos a prosseguir pela GIATUL, para os anos de 2018 a 2021, de acordo com as orientações estratégicas estabelecidas pelo Município.

O fundamento de necessidade do estabelecimento do mencionado contrato alicerça-se:

- i) Na correta avaliação da situação das atividades pela GIATUL, com o adequado levantamento das necessidades de intervenção, assim como da sua quantificação;
- ii) No conhecimento e experiência adquiridos pela GIATUL no exercício das suas funções conforme objeto social, que permite realizar as atividades com prontidão e qualidade de serviço dentro do quadro de urgência e imprevisibilidade que as solicitações do Município exigem, conjugando essa operacionalidade com uma preocupação de racionalização de custos e de rentabilização das potencialidades dos recursos humanos e materiais existentes.

Foi neste contexto, que a GIATUL atingiu um volume de negócios de 4.840.173.91€ (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, cento e setenta e três euros e noventa e um cêntimos), uma redução do Passivo em 613.313,09€ (seiscentos e treze mil, trezentos e treze euros e novo cêntimos) e uma margem de EBITDA de 10,64%.

Historial

A GIATUL é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

Foi constituída em junho de 2004 com o capital social de 500.000,00€, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A. cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda.

Em março de 2008, a Bluematrix, Lda. cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A." e o capital social da empresa passou a ser de 900.000,00€, totalmente detidos pelo Município de Mafra.

2. EVOLUÇÃO DA EMPRESA

Atividade de Turismo e Lazer

O sector de turismo, para o Município é um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o Ericeira Camping um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

O modelo de exploração do Ericeira Camping, visa:

- Promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.
- Profissionalizar a gestão desta infraestrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua atividade.
- Responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação desta infraestrutura, às constantes exigências legais e de mercado, de acordo com o Plano de Investimentos.

Com estes objetivos e procurando responder às necessidades do mercado, a GIATUL oferece um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infraestruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para campismo com capacidade para 1.800 unidades de alojamento
- Mobile homes – 43 unidades
- Espaços para autocaravanas – 50 unidades
- Bungalows – 18 unidades – 98 camas
- Teepees - 20 unidades – 40 Camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

A Autoestrada A21, veio facilitar a ligação direta entre Lisboa, Mafra e Ericeira, tornando-se uma mais-valia para os utilizadores deste equipamento turístico.

Ranking Nacional

No mercado nacional da oferta no sector do campismo, a GIATUL ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas, para além das características dos recursos primários e secundários que a região oferece para a atividade de turismo de lazer.

A área reservada ao estacionamento de autocaravanas, tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para campismo, é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Parque de Campismo de Mil Regos uma capacidade para 1.800 campistas,

representando cerca de 5% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m², apresentando o Ericeira Camping uma área de 10,55 m², facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m², por campista.

Utilizadores

A evolução dos utilizadores por nacionalidades, utentes e noites, foi a seguinte:

Nacionalidade	2018		2019		%Var.	
	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites
PORTUGUESES	21.826	73.561	19.930	63.517	-9%	-14%
ALEMA	2.613	8.653	2.943	10.342	13%	20%
FRANCESA	2.109	6.391	1.812	6.811	-14%	7%
ESPAÑHOLA	1.908	6.678	2.252	9.627	18%	44%
PAISES BAIXOS	951	3.408	835	3.411	-12%	0%
REINO UNIDO	530	1.999	29	132	-95%	-93%
ITALIANA	416	1.359	404	1.550	-3%	14%
BELGA	326	1.298	415	1.702	27%	31%
SUIÇA	485	1.285	462	1.567	-5%	22%
AUSTRALIANA	126	336	142	607	13%	81%
OUTROS	4.489	7.184	2.537	9.745	-43%	36%
UTENTES ESTRANGEIROS	13.953	38.591	11.831	45.494	-15%	18%
TOTAL GERAL	35.779	112.152	31.761	109.011	-11%	-3%

Durante o ano de 2019, foi possível verificar os resultados do investimento realizado nos anos anteriores na promoção do Concelho de Mafra que tem alavancado a sua notoriedade, nomeadamente da vila da Ericeira, permitindo a obtenção de boas taxas de ocupação de visitantes e consequentemente de dormidas. Poder-se-á concluir, através da análise do quadro anterior, que o número de utentes nacionais diminuiu 9% por dia e 14% por noite face ao ano anterior. O número de utentes estrangeiros diminuiu em 15% e o número de noites de permanência subiu 18%. A redução que se fez notar em termos de utentes, tem como explicação a questão climática adversa que se fez sentir no período denominado "época alta". Salientamos, no entanto, que a média da duração das estadias aumentou.

Em termos de repartição por mercados, continua-se a assistir a uma maior procura do mercado interno face ao externo. O mercado interno representa 58,27% das dormidas. Embora com espaço para crescer, entendemos que cerca de 41,73% de dormidas de estrangeiros, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais seletivo e exigente.

A distribuição das receitas no Parque de Campismo, foi no exercício de 2019 a seguinte:

Em euros

Tipo de receitas	2018	2019	Var.
Campismo eventual	364.974,80	336.836,02	-28.138,78
Acordos comerciais	459.838,01	489.496,79	29.658,78
Bungalows	190.452,27	203.354,74	12.902,47
Mobile homes	90.956,45	91.099,67	143,22
Teepees	24.701,85	21.891,78	-2.810,07
Eletricidade	35.601,16	25.838,70	-9.762,46
Espaços verdes	3.075,00	2.686,93	-388,07
Água	4.997,00	4.414,22	-582,78
Rendas/Concessões	30.212,88	15.918,17	-14.294,71
Máquina de café	4.130,50	7.730,16	3.599,66
Lavagem roupa	4.104,55	2.276,85	-1.827,70
Adaptadores	2.640,00	2.467,34	-172,66
Máquinas de jogos	1.547,05	283,02	-1.264,03
TOTAL RECEITAS	1.217.231,52	1.204.294,39	-12.937,13
RECEITAS ORÇAMENTADAS	1.051.912,00	1.180.584,97	128.672,97
EXECUÇÃO	116%	102%	

Em termos comparativos, verifica-se que em 2019 registou-se uma ligeira descida das receitas, tendo registado um decréscimo de 1,06%, consequência da maior oferta de camas disponível na Ericeira, nomeadamente através dos *Hostels* e do alojamento local que nos últimos anos tem proporcionado uma maior oferta, bem como do verão atípico verificado, com baixas temperaturas, que levou a uma ligeira diminuição da procura.

Eventos

No capítulo das atividades e eventos, deveremos salientar a realização de diversas iniciativas, que potenciaram a divulgação do Concelho de Mafra e por consequência, a Vila da Ericeira, promovendo uma maior procura pelo Ericeira Camping.

Destacamos:

- O XI SUMMOL SUMMER FEST, que consiste num festival de música e que marca o arranque dos festivais de verão a nível nacional.

Este festival contou com a presença de diversos grupos musicais de renome internacional e com uma assistência a rondar as 30.000 pessoas. De entre estas, cerca de 10.000 utilizaram o Ericeira Camping para estadia durante o decorrer do evento.

- Apoio logístico a diversas provas de surf na Ericeira na nossa reserva mundial de surf, nomeadamente, Surf Film Festival, Liga Moche Ericeira Pro Surf, Campeonato Universitário de Surf, Rede Internacional Surf Cities, Ericeira Reserva Mundial de Surf, Mundial Juniores

de Surf, Surf Holidays, Apoio Campeonato Nacional BodySurf, Apoio aos eventos e etapas dos Circuitos Nacionais-Surf Ericeira, Apoio à Taça de Portugal de Jumping 2019 e Surf Ericeira.

- Divulgação do Ericeira Camping, em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra.
- Animação de Verão Ericeira, que decorreu em dois locais distintos. Foi uma organização em parceria com os serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, com o objetivo de animar as noites de verão da Vila.

Atividade de Infraestruturas e Rodovias

A GIATUL no desenvolvimento desta atividade, executou obras de conservação da rede viária municipal, repavimentou diversos arruamentos, instalou e manteve diversos espaços verdes, executou sistemas de saneamento básico e participou na execução de equipamentos de utilização coletiva.

A execução do Plano de Atividades aprovado para o exercício de 2019, foi o seguinte:

Em euros

Tipo de obras	2018	2019	Var.
Estradas e caminhos – conservação	3241.577,06	2.197.817,84	-1.043.759,22
Sinalização e trânsito	76.930,00	135.325,31	58.395,31
Redes de água e saneamento	277.607,43	199.728,63	-77.878,80
Conservação e reparação de jardins de infância e escolas básicas	102.274,74	149.865,36	47.590,62
Espaços verdes jardins	459.192,85	388.776,30	-70.416,55
Infraestruturas diversas	571.937,58	554.991,52	-16.946,06
Massas asfálticas	3.852,40	9.374,56	5.522,16
TOTAL RECEITAS	4.733.372,06	3.635.879,52	-1.097.492,54
RECEITAS ORÇAMENTADAS	4.724.677,00	3.313.663,70	-1.411.013,30
EXECUÇÃO	100%	110%	

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA – FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

Indicadores	Rácio	2018	2019
Liquidez Geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	44,68%	37,88%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios+Div a Terc. M/L Prazo / Imobilizado	86,13%	83,98%
Solvabilidade	Ativo Líquido / Passivo	222,40%	240,40%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Ativo Líquido Total	55,04%	58,40%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	11,24%	9,55%
Volume de Negócios		5.950.603,58	4.840.173,91
Resultado Líquido		198.736,78	33.063,44
Cash-Flow Operacional		718.812,29	514.771,66

Da sua leitura, verifica-se um reforço dos Capitais Próprios da sociedade, justificado pela redução dos capitais alheios financiados em 460.164,46€ e do passivo em 613.313,09€.

4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos realizados no exercício de 2019, foram os seguintes:

	Investimento	Desinvestimento
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	30.005,61	
Equipamento básico	5.602,29	
Equipamento administrativo	1.433,13	
Outros ativos fixos tangíveis	7.183,55	
Ativos intangíveis		
Programas de computador	423,29	
TOTAL	44.647,87	0,00

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

O atual panorama verificado em Portugal, apontam para um arrefecimento da atividade para 2020. A taxa de desemprego tem vindo a marcar uma tendência de descida, o que poderá contribuir para a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital.

Nos últimos anos, a economia portuguesa prosseguiu um forte ajustamento, que permitiu alcançar progressos assinaláveis na correção de graves desequilíbrios macroeconómicos. No entanto, o processo de reequilíbrio estrutural da economia ainda está incompleto e o ajustamento macroeconómico ainda exige aprofundamento. Simultaneamente, não se devem ignorar o aumento dos riscos, de natureza interna e externa, que pairam sobre a economia

portuguesa e europeia. Neste quadro, é crucial o cumprimento dos compromissos estabelecidos a nível europeu em termos do processo de consolidação orçamental, que são indispensáveis para sustentar uma trajetória descendente no rácio da dívida pública. Em simultâneo, é necessário, continuar o processo de reformas estruturais no sentido da criação de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano. Um consenso alargado, tornar-se-ia fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação destas políticas. Estas condições, são indispensáveis para promover um melhor aproveitamento dos recursos e para promover o crescimento da produtividade, contribuindo assim para um maior equilíbrio económico-social em Portugal.

Relativamente à atividade da sociedade, os valores aprovados no Plano de Atividades e Orçamento para 2020, foram estimados numa perspetiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira anteriormente descrita.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., apresenta no exercício de 2019, resultados positivos de 33.063,44€ (trinta e três mil, sessenta e três euros e quarenta e quatro centimos).

Verificando que o valor existente em Reservas Legais é superior à taxa que os Estatutos da Sociedade obrigam, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados9.686,99€
- Reservas Para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos.....23.376,45€

7. AGRADECIMENTOS

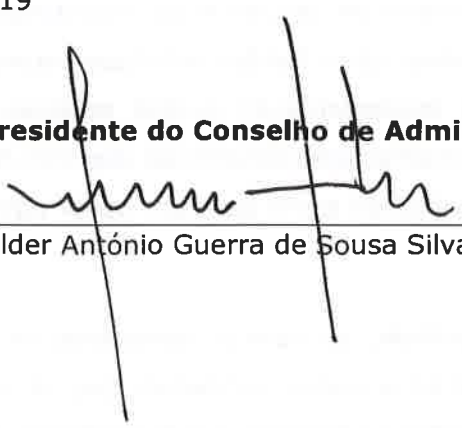
O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da atividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Acionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;

- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

Mafra, 20 de março de 2019

O Presidente do Conselho de Administração



Hélder António Guerra de Sousa Silva (Eng.º)

Vogal do Conselho de Administração



Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Dr. º)

Vogal do Conselho de Administração



Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Dr.ª)

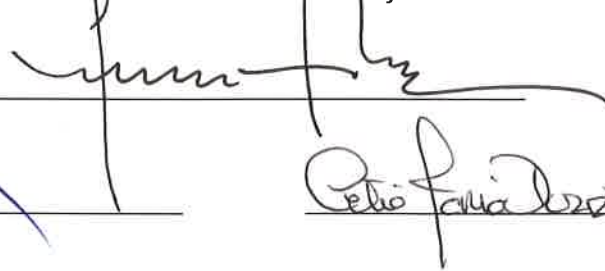
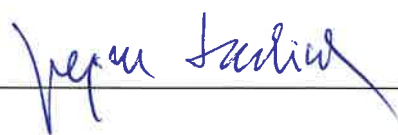
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31/12/2019	31/12/2018
ACTIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	1 694 899,14	1 901 005,36	
Ativos intangíveis	8	7 815 907,63	8 012 307,63	
		9 510 806,77	9 913 312,99	
Ativo corrente				
Inventários	9	57 973,75	40 408,98	
Clientes	10	355 144,96	588 142,01	
Estado e outros entes públicos	11	32 430,83	51 856,86	
Outros créditos a receber	12	285 725,56	275 938,42	
Diferimentos	13	14 308,79	27 806,23	
Caixa e depósitos bancários	4	183 258,34	126 369,63	
		928 842,23	1 110 522,13	
TOTAL DO ACTIVO		10 439 649,00	11 023 835,12	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	14	900 000,00	900 000,00	
Reservas legais	14	356 800,25	356 800,25	
Outras reservas	14	821 533,92	702 158,72	
Resultados transitados	14	3 992 553,51	3 913 191,93	
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	14	-6 925,00	-2 988,53	
		6 063 962,68	5 869 162,37	
Resultado líquido do período	14	33 063,44	198 736,78	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		6 097 026,12	6 067 899,15	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões				
Financiamentos obtidos	15	1 709 247,44	2 220 977,17	
Outras dívidas a pagar	17	181 205,04	249 533,71	
		1 890 452,48	2 470 510,88	
Passivo corrente				
Fornecedores	16	620 795,08	365 660,93	
Estado e outros entes públicos	11	101 487,40	109 671,57	
Financiamentos obtidos	15	561 854,27	510 289,00	
Outras dívidas a pagar	17	540 397,04	987 370,95	
Diferimentos	13	627 636,61	512 432,64	
		2 452 170,40	2 485 425,09	
TOTAL DO PASSIVO		4 342 622,88	4 955 935,97	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		10 439 649,00	11 023 835,12	

Conselho de Administração


Contabilística Certificado nº 85017



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	18	4 840 173,91	5 950 603,58
Subsídios à exploração	19	301 255,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-597 143,67	-527 790,07
Fornecimentos e serviços externos	21	-2 660 551,49	-3 423 443,70
Gastos com o pessoal	22	-1 495 555,53	-1 462 397,91
Outros rendimentos	23	198 383,84	296 557,70
Outros gastos	24	-71 790,40	-114 717,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		514 771,66	718 812,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	-444 334,49	-453 240,58
Imparidade de investimentos depreciaáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		70 437,17	265 571,71
Juros e rendimentos similares obtidos		0,26	0,26
Juros e gastos similares suportados	26	-30 075,86	-31 831,91
Resultados antes de impostos		40 361,57	233 740,06
Imposto sobre o rendimento do período	27	-7 298,13	-35 003,28
Resultado líquido do período		33 063,44	198 736,78

Conselho de Administração

Contabilística Certificado nº 85017

Ana Cristina Almeida Braga

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

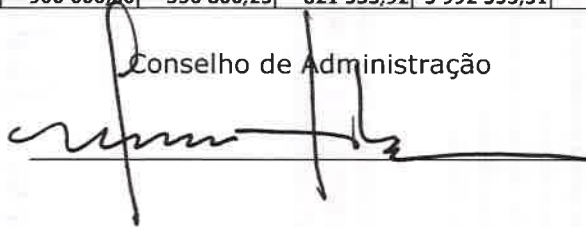
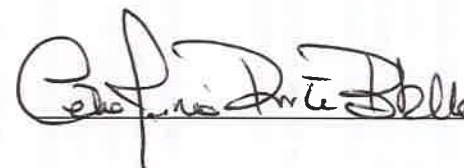
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamento s/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	900 000,00	356 800,25	501 994,22	3 984 730,60	16 759,18	128 625,83	5 888 910,08	0,00	5 888 910,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14		0,00	200 164,50	-71 538,67	-19 747,71	-128 625,83	-19 747,71		-19 747,71
	2	0,00	0,00	200 164,50	-71 538,67	-19 747,71	-128 625,83	-19 747,71	0,00	-19 747,71
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						198 736,78	198 736,78	0,00	198 736,78
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						70 110,95	178 989,07	0,00	178 989,07
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6=1+2+3+5	900 000,00	356 800,25	702 158,72	3 913 191,93	-2 988,53	198 736,78	6 067 899,15	0,00	6 067 899,15

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustament./outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	900 000,00	356 800,25	702 158,72	3 913 191,93	-2 988,53	198 736,78	6 067 899,15	0,00	6 067 899,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14			119 375,20	79 361,58	-3 936,47	-198 736,78	-3 936,47		-3 936,47
	7	0,00	0,00	119 375,20	79 361,58	-3 936,47	-198 736,78	-3 936,47	0,00	-3 936,47
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						33 063,44	33 063,44	0,00	33 063,44
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						-165 673,34	29 126,97	0,00	29 126,97
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	11=6+7+8+10	900 000,00	356 800,25	821 533,92	3 992 553,51	-6 925,00	33 063,44	6 097 026,12	0,00	6 097 026,12

Conselho de Administração

Contabilística Certificado nº 85017

Ana Cristina Almeida Praça

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICA		
	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de clientes	5 059 316,49	6 261 916,35
Pagamentos a fornecedores	-3 402 659,62	-4 051 869,45
Pagamentos ao pessoal	-1 495 555,53	-1 462 397,91
Caixa gerada pelas operações	161 101,34	747 648,99
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	12 127,90	16 853,58
Outros recebimentos/pagamentos	418 547,40	181 840,39
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	591 776,64	946 342,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-44 224,58	-117 327,82
Ativos intangíveis	-423,29	0,00
Investimentos financeiros		0,00
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	50 000,26	0,26
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00
Financiamentos obtidos	-510 164,46	-792 537,88
Juros e gastos similares	-30 075,86	-31 831,91
Dividendos		0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	56 888,71	4 645,61
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	183 258,34	126 369,63

Conselho de Administração

Contabilística Certificado nº 85017

Ana Carolina Almeida Braga

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

1.1. Designação da entidade

GIATUL - ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.

É uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

Foi constituída em junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital. Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda. Em março de 2008, a Bluematrix, Lda. cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

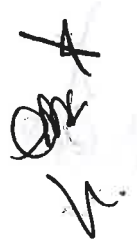
1.2. Sede

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 2640-486 Mafra

1.3. Natureza da atividade

A empresa tem por objetivo a prestação de serviços de interesse geral, bem como de promoção do desenvolvimento local e regional na área do concelho de Mafra:

- a) Promoção, gestão, exploração e rentabilização do parque de campismo de Mil Regos, bem como de parques de autocaravanismo da titularidade do Município de Mafra;

- 
- b) Conservação, renovação, beneficiação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos afetos ou relevantes para o parque de campismo de Mil Regos bem como para os parques de autocaravanismo;
 - c) Realização de investimentos para a expansão da atividade do parque de campismo ou parques de autocaravanismo, de acordo com vocação;
 - d) O exercício da atividade de gestão de obras públicas para o Município de Mafra e para outras entidades detidas por aquela autarquia, consistente na prática de todos os atos materiais e jurídicos necessários à perfeição das obras cuja gestão lhe seja solicitada pelo Câmara Municipal de Mafra, compreendendo qualquer atividade, desde a sua conceção, financiamento, concretização e até à receção das respetivas obras;
 - e) Realização de atividades de conceção e execução de obras públicas, bem como de implementação de planos, projetos e demais empreendimentos, nomeadamente de equipamentos, edifícios, rodovias e infraestruturas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal, urbana ou rural, que lhe sejam confiadas pelo Município ou de acordo com a programação aprovada pelo mesmo, com recurso a meios próprios ou meios contratados a terceiros em regime de empreitada ou de concessão de obra pública;
 - f) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva que sejam propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano e sinalização;
 - g) Conservação, restauração, reparação beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
 - h) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
 - i) Apoio nas atividades de fiscalização técnica de infraestruturas municipais;
 - j) Produção e comercialização de massas betuminosas, asfálticas e outros materiais de construção.

A título acessório, a empresa pode exercer outras atividades nas áreas da cultura, do desporto, da educação e do turismo, designadamente a prestação de serviços, bem como a promoção e exploração de outras atividades de cultura, turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

1.4. Designação e sede da empresa-mãe

O capital social de € 900.000,00, representado por 180.000 ações nominativas de 5,00 euros cada, detidas a 100% pela Câmara Município de Mafra, com sede na Praça do Município, 2640-516 Mafra.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da GIATUL foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

Continuidade - No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

h. Regime do acréscimo - Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

Consistência de apresentação - A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

Materialidade e agregação - A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

Compensação - Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Informação comparativa - O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior. Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2018, consiste, na informação da sociedade "GIATUL, S.A.".

Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Quando a proporção nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária ou associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, retoma-se o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Ativos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o ativo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método de linha reta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos ativos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objeto de estimativa atualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Para a generalidade dos ativos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detetados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os ativos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores atualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de ativos.

Ativos intangíveis

Aos ativos intangíveis são reconhecidos sempre que os mesmo são identificáveis, exerce-se controlo sobre os mesmos, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Participações Financeiras

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respetivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Ativos não correntes detidas para venda

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Inventário

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).



Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos ativos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo, sendo a taxa de juro efetiva a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Clientes e outras dívidas de terceiros

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos

acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas.

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor atual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afetar o valor do respetivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Imparidade de ativos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos

resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos acionistas.

Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efetivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados

Rédito

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

Benefício dos empregados

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

Subsídios e apoios do Governo

Encontram-se reconhecidos rendimentos de subsídios obtidos do Emprego e Formação Profissional, tendo como objetivo promover a inserção de jovens com incapacidade no mercado de trabalho.

Encontra-se também reconhecidos rendimentos de subsídios recebidos ao abrigo do Contrato Programa com a Câmara Municipal de Mafra, que entrou em vigor durante o exercício de 2019.

Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Imposto sobre o rendimento

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de ativos por impostos diferidos.

Quando aplicável adotou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Transações e saldos em moeda estrangeira

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afetar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Juízo de valor, estimativa e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: as propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objeto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização direta; e (iv) fluxos de caixa descontados.

b) As Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um benchmark diferente.

Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão, situações que coloquem em causa a continuidade da GIATUL, S.A.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário. Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, líquidos de descobertos bancários.

A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, tem a seguinte composição:

	2019	2018
Caixa	2 894,21	3 365,34
Depósitos à ordem	177 864,13	120 504,29
Outros depósitos	2 500,00	2 500,00
TOTAL	183 258,34	126 369,63

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31/12/2019, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. PARTES RELACIONADAS

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

Participada	Participação	Valor mensurado	Ano aquisição	Total do capital social	Resultado 2018
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100.000,00	(794.161,57€)

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, SA, conforme deliberação inscrita na ata da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, conforme se descrito no relatório de gestão do exercício anterior, não chegou a ficar concluído.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo.

A 31/12/2018 apresentava Capitais Próprios negativos em 20.845.785,03€.

Até à presente data, ainda não foram disponibilizadas as demonstrações financeiras do exercício findo a 31/12/2019.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2019							
Descrição	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. ativ.	Total
Ativo							
Saldo inicial	420.691	617.976	6.156.655	245.137	113.166	65.221	7.618.847
Aumentos		30.006	5.602	10.000	1.433	7.184	54.225
Alien. e abates			17.191	6.655			23.846
Saldo final	420.691	647.982	6.145.066	248.482	114.599	72.404	7.649.225
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial		329.653	5.017.048	206.078	99.842	65.221	5.717.841
Dep. exercício		37.365	182.715	27.960	3.477	2.394	253.911
Alien. e abates			10.771	6.655			17.426
Saldo final	0	367.019	5.188.992	227.382	103.318	67.615	5.954.326
Ativo líquido	420.691	280.963	956.074	21.100	11.281	4.789	1.694.899

2018							
Descrição	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. ativ.	Total
Ativo							
Saldo inicial	420.691	531.511	6.193.326	202.937	103.074	64.887	7.516.428
Aumentos		86.465	34.390	63.983	12.636	333	197.807
Alien. e abates			71.061	21.783	2.544		95.388
Saldo final	420.691	617.976	6.156.655	245.137	113.166	65.221	7.618.847
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial		279.466	4.884.297	188.118	96.258	64.887	5.513.027
Dep. exercício		50.187	188.885	24.615	3.584	333	267.604
Alien. e abates			56.135	6.655			62.790
Saldo final	0	329.653	5.017.048	206.078	99.842	65.221	5.717.841
Ativo líquido	420.691	288.323	1.139.607	39.060	13.325	0	1.901.005

No que respeita ao valor reconhecido em "Terrenos e recursos naturais" corresponde ao terreno denominado "Vale da Póvoa de Cima", localizado no Concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

Os restantes ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com as vidas úteis especificadas na nota 2.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos ativos Intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos exercícios seguintes:

2019					
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	Total
Ativo					
Saldo inicial	0	10.912.308	106.193		11.018.500
Aquisições	423			3.600	423
Alien. e abates					0
Saldo final	423	10.912.308	106.193	3.600	11.018.924
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial		2.900.000	106.193		3.006.193
Dep. exercício	423	200.000			200.423
Alien. e abates					0
Saldo final	423	3.100.000	106.193	0	3.206.616
Ativo líquido	0	7.812.308	0	3.600	7.812.308

2018					
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	Total
Ativo					
Saldo inicial		10.912.308	106.193		11.018.500
Aquisições					0
Alien. e abates					0
Saldo final	0	10.912.308	106.193	0	11.018.500
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial		2.700.000	106.193		2.806.193
Dep. exercício		200.000			200.000
Alien. e abates					0
Saldo final	0	2.900.000	106.193	0	3.006.193
Ativo líquido	0	8.012.308	0	0	8.012.308

Discrimina-se em seguida o valor da rubrica por item:

Descrição	Ano aquisição	Valor reconhecido	Tipo de direito
Avessada - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2.422.372,88	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421.956,08	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565.619,09	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320.462,17	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288.732,28	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212.801,30	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272.283,08	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305.108,52	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313.317,44	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651.381,20	50 anos Direitos Superf
Dir. Superfície terreno Abrunheira	31/12/2008	138.273,76	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	2.099.999,83	Cessão Exploração
TOTAL		8.012.307,63	

O Parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados por uma avaliação independente realizada em fevereiro de 2019.

9. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2019	2018
Matérias-primas	14.378,50	40.229,92
Materiais diversos	43.595,25	0,00
TOTAL	57.973,75	40.229,92

10. CLIENTE

Saldos da conta de clientes nos exercícios:

	2019	2018
Clientes c/c	355.144,96	588.142,01
Clientes Factoring	0,00	0,00
Clientes cobrança duvidosa	313.682,15	313.682,15
Perdas por imparidade acumuladas	-313.682,15	-313.682,15
TOTAL	355.144,96	588.142,01

Neste período não ocorreram novos ajustamentos para clientes tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Detalhe dos saldos da conta do estado e outros entes públicos:

	2019	2018
Ativo corrente		
Imposto sobre o rendimento	32.430,83	51.856,86
TOTAL	32.430,83	51.856,86
Passivo corrente		
Imposto sobre o rendimento (IRC)		24.856,80
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	9.709,25	8.471,41
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	63.472,76	50.696,70
Segurança social	24.047,32	25.938,49
Caixa geral de aposentações e ADS	4.258,07	4.193,61
TOTAL	101.487,40	109.671,57

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.

12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Detalhe dos outros créditos a receber:

	2019	2018
Devedores por acréscimo de rendimentos	274.562,82	275.938,42
Remunerações a pagar	1.162,74	0,00
Adiantamento a fornecedores	10.000,00	0,00
TOTAL	285.725,56	275.938,42

Na rubrica de Devedores por acréscimo de rendimentos encontram-se reconhecidos 29.710,30€ de valores faturados em 2020 correspondente a serviços de alojamento no Parque de Campismo ocorridos em 2019.

13. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no ativo e passivo corrente é o seguinte:

	2019	2018
Ativo corrente		
Juros a reconhecer	9.471,92	14.340,94 €
Seguros a reconhecer	4.836,87	13.465,29 €
TOTAL	14.308,79	27.806,23
Passivo corrente		
Rendimentos a reconhecer	627.636,61	512.432,64
TOTAL	627.636,61	568.045,10

14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Composição do capital:

	2019	2018
Capital subscrito	900.000,00	900.000,00
Reservas legais	356.800,25	356.800,25
Outras reservas		
Reservas livres	425.027,06	425.027,06
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2014	50.028,30	50.028,30
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2015	129.676,67	129.676,67
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2017	97.426,69	97.426,69
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2018	119.375,20	0,00
Resultados transitados	3 992.553,51	3.913.191,93
Ajustamentos em ativos financeiros	-6.925,00	-6.925,00
Outras Variações no capital próprio	0,00	3.936,47
Resultado Líquido do exercício	33.063,44	198.736,78
TOTAL	6.097.026,12	6.067.899,15

A Câmara Municipal de Mafra detém 100% do capital social da GIATUL.

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos financiamentos obtidos nos exercícios:

	2019	2018
Passivo não corrente		
Empréstimos Bancários	1.706.009,28	2.208.149,05
Leasing	3.238,16	12.828,12
Passivo corrente		
Empréstimos Bancários	502.264,31	500.802,95
Conta caucionada	50.000,00	0,00
Leasing	9.589,96	9.486,05
TOTAL	2.271.101,71	2.731.266,17

16. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de Fornecedores:

	2019	2018
Fornecedores C/C	443.666,87	365.660,93
Fornecedores C/ garantias	177.128,21	0,00
TOTAL	620.795,08	365.660,93

17. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As outras dívidas a pagar apresentam o seguinte detalhe em 2018 e 2019:

	2019	2018
Passivo não corrente		
Fornecedores c/ Garantias a vencer a partir de 01/01/2021	181.205,04	249.533,71
Passivo corrente		
Credores diversos	540.397,04	966.818,00
Impostos diferidos		20.552,95
TOTAL	540.397,04	1.236.904,66

18. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018 apresentam o seguinte detalhe:

	2019	2018
Vendas de produtos acabados	9.374,56	3.852,40
Serviços prestados		
Infraestruturas	3.626.504,96	4.729.519,66
Parque de Campismo	1.204.294,39	1.217.231,52
TOTAL	4.840.173,91	5.950.603,58

As Prestações de Serviços ocorreram apenas no mercado interno.

19. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração apresentam o seguinte detalhe em 2019:

	2019	2018
Subsídios do Estado IEPF - CEI +	1.255,00	0,00
Subsídio Contrato Programa	300.000,00	0,00
TOTAL	301.255,00	0,00

Em 2019, entrou em vigor o Contrato Programa celebrado com o acionista único, a Câmara Municipal de Mafra, que prevê o subsídio à exploração a ser entregue em parcelas até ao ano de 2021.

20. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2019	2018
Existências iniciais	40.408,98	40.229,92
Compras de matéria, subsidiária e de consumo	614.708,44	527.969,13
Existências finais	57.973,75	40.408,98
TOTAL	597.143,67	527.790,07

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios de 2018 e 2019 apresentam o seguinte detalha:

	2019	2018
Subcontratos	1.481.666,34	2.343.226,09
Trabalhos especializados	219.028,14	234.921,65
Publicidade e propaganda	177.997,46	2.186,66
Vigilância e segurança	86.209,73	101.429,00
Comissões	6.237,32	444,75
Conservação e reparação	96.124,18	163.709,48
Serviços Bancários	24.607,26	28.087,71
Ferramentas e Utensílios	44.508,73	41.290,98
Livros e documentação técnica	554,26	0,00
Material de escritório	10.946,65	12.065,82
Artigos para oferta	124,08	41,49
Eletricidade	73.742,31	77.266,03
Combustíveis	181.659,56	188.238,75
Água	96.124,80	109.225,35
Lubrificantes	361,06	3.107,31
Deslocações e estadas	826,72	1.599,98
Rendas a alugueres	48.113,90	33.274,07
Comunicação	12.774,82	11.380,91
Seguros	47.194,78	25.415,89
Contencioso e notariado	679,97	30,60
Despesas de representação	65,70	271,20
Limpeza, higiene e conforto	50.987,56	45.967,99
Outros Serviços	16,16	261,99
TOTAL	2.660.551,49	3.423.443,70

22. GASTOS COM O PESSOAL

Detalhe dos gastos com o pessoal nos exercícios:

	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	1.210.349,03	1.111.192,09
Encargos sobre remunerações	199.962,90	248.967,55
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	22.066,91	14.378,14
Indemnizações e acordos de rescisão	975,00	0,00
TOTAL	1.495.555,53	1.462.397,91

A 31 de dezembro de 2019 o número de trabalhadores era de 97, sendo 19 do Parque de Campismo.

23. OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos outros rendimentos dos exercícios:

	2019	2018
Correções imputáveis a períodos anteriores	13.788,99	1.976,12
Outros rendimentos e ganhos	184.594,85	294.581,58
TOTAL	198.383,84	296.557,70

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a "Tarawa-kiribati", que gerou um rendimento no montante de 88.000,00 euros, no exercício de 2019. Acresce o rendimento de 60.000,00 euros que advém do acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Mafra e a GIATUL referente à cessão de uma parcela de terreno.

24. OUTROS GASTOS

Detalhe de outros gastos dos exercícios:

	2019	2018
Impostos indiretos	3.068,63	6.828,57
Impostos diretos	980,14	965,66
Correções de Exercícios Anteriores	6.841,82	1.477,38
Taxas	60.824,62	37.901,20
Gastos Perdas Investimentos não financeiros	0,00	66.126,22
Donativos	0,00	15,00
Multas e penalidades	75,00	1.358,25
Outros gastos e perdas	0,19	45,03
TOTAL	71.790,40	114.717,31

25. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das amortizações dos ativos tangíveis e intangíveis, dos exercícios:

	2019	2018
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	37.365,18	38.814,69
Equipamento básico	182.715,37	192.549,26
Equipamento de transporte	17.959,64	17.959,67
Equipamento administrativo	3.476,73	3.583,65
Outros ativos fixos tangíveis	2.394,28	333,31
Ativo intangíveis:		
Propriedade Industrial	200.000,00	200.000,00
Programas de computadores	423,29	0,00
TOTAL	444.334,49	453.240,58

26. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2019	2018
Juros contraídos com empréstimos bancários	29.774,82	31.502,45
Juros contraídos em locações financeiras	195,91	299,43
Juros de mora e compensatórios	105,13	30,03
TOTAL	30.075,86	31.831,91

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Detalhe dos juros bancários obtidos.

	2019	2018
Imposto estimado para o período	8.282,23	39.940,21
Imposto diferido	-984,10	-4.936,93
TOTAL	7.298,13	35.003,28

28. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADE PRESTADAS

Os empréstimos de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às participações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os art.º 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

29. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

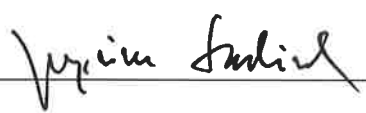
	2019	2018
Valores a receber		
Câmara Municipal de Mafra	311.004,38	511.836,16
Valores a pagar		
Câmara Municipal de Mafra	27.428,90	0,00

Detalhe das transações ocorridas com associadas:

	2019	2018
Faturas emitidas		
Câmara Municipal de Mafra	4.149.705,32	5.120.283,54
Faturas recebidas		
Câmara Municipal de Mafra	189.558,94	187.375,64

Mafra, 20 de março de 2019

Conselho de Administração


Contabilística Certificado nº 85017

Ana Gracia Almeida Braga

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

1
om
h.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. que compreendem o balanço em 31/12/2019 que evidencia um total de 10.439.649 euros e um total de capital próprio de 6.097.026 euros, incluindo um resultado líquido de 33.064 euros, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. em 31/12/2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A “GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.” detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2018 a “Mafreduca, SA” apresentou capitais próprios negativos em 20.845.785 Euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o relatório e contas relativo ao exercício de 2019. A “GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a



Administração da “GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.” continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com



base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 20 de março de 2020

MACEDO, CALDAS & BENTO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Registada na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,

Revisor Oficial de Contas, n.º 1167

Registado na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779

5. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

J
W.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Acionistas, da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o balanço, a demonstração de resultados por natureza, demonstração das alterações nos capitais próprios e a demonstração de fluxos de caixa e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 relativos à GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a atividade da empresa através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.

2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspetos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.

3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal das Contas não qualificada com a data de 20 de março de 2020, com a seguinte ênfase:

a) A “GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.” detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2018 a “Mafreduca, SA” apresentou capitais próprios negativos em 20.845.785 Euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o relatório e contas relativo ao exercício de 2019. A “GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da “GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.” continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.



4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 20 de março de 2020

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Registada na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490
Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167
Registado na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779